

## PRETAS ATREVIDAS, MULHERES PERIGOSAS E MENINAS FUGIDAS – REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NOS JORNAIS JUIZFORANOS NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Denise do Nascimento Santos  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.*  
denisensantos@yahoo.com.br

*Simpósio Temático nº IX – Cuidado Que A Preta É Raivosa! Desqualificações, Subalternizações E Violências A Partir Das Imagens De Controle*

### RESUMO

Entre fugas de casas-trabalho, desacatos a patroas e patrões, prisões por vadiagem e prostituição, mulheres negras da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, foram representadas nas décadas de 1950 e 1960 em alguns jornais da cidade como a Folha Mineira e o Diário da Tarde como atrevidas, respononas e perigosas. Em um processo de construção de imagens de controle para a exploração e a criminalização, as “Pretas” ao promoverem formas de enfrentamento eram descritas, a partir de um viés de periculosidade que estava ligado à raça, à pobreza e a sua classe. O Pós-abolição, visto em sua continuidade histórica e na construção de projetos políticos e de cidadania, teve nessas imagens sobre mulheres negras, a elaboração de hierarquias raciais que engendravam o controle, o disciplinamento moral, físico e pelo trabalho e a tentativa de exclusão da população negra dos projetos nacionais e municipais. Essas imagens ratificavam o desejo das “elites” da cidade não apenas em branquearem-se a partir de uma aproximação e flerte com a Europa e os Estados Unidos, mas a tentativa em criar lugares exclusivos para a população feminina negra como: prisões, internatos e o trabalho em precárias condições. Ao contraporem esta realidade mulheres negras encontraram formas de autodefinirem-se e por isso tinham reforçadas nos jornais as imagens como criminosas ou descontroladas.

**Palavras-chave:** Mulheres negras. Autodefinição. Imagens de controle. Juiz de Fora.

### ABSTRAT

Amid escapes from work-houses, contempt of bosses, arrests for vagrancy and prostitution, black women from the city of Juiz de Fora, Minas Gerais, were represented in the 1950s and 1960s in some city newspapers such as Folha Mineira and Diário da Tarde as bold, responsive and dangerous. In a process of construction of images of control for exploitation and criminalization, the “Blacks” upon promoting ways of confrontation

were described from a dangerous perspective that was linked to race, poverty and their class. Post-abolition, seen in its historical continuity and in the construction of political and citizenship projects, had in these images about black women, the elaboration of racial hierarchies that engendered control, moral, physical and work discipline and the attempt at exclusion of the black population of national and municipal projects. These images ratified the desire of the city's "elites" not only to whiten themselves from an approximation and flirt with Europe and the United States, but the attempt to create exclusive places for the black female population, such as prisons, boarding schools and work in precarious conditions. In contrasting this reality, black women found ways to define themselves and for this reason had reinforced images in the newspapers as criminal or uncontrolled.

**Keywords:** Black women. Self-definition. Control images. Juiz de Fora.

## INTRODUÇÃO

O artigo tem o objetivo de analisar as imagens de controle a respeito de mulheres negras nos jornais *Folha Mineira* e *Diário da Tarde* da cidade de Juiz de Fora nas décadas de 1950 e 1960. A análise está centrada em reportagens sobre meninas fugidas de casas-trabalho nas quais estas são trabalhadoras domésticas, trabalhadoras domésticas e sua relação com patroas e patrões e as dinâmicas estabelecidas entre os aparatos públicos da cidade e o feminino negro em movimentação pela cidade.

A metodologia desta pesquisa está no exame das fontes jornalísticas e da bibliografia sobre o pensamento feminista negro e a população negra em Juiz de Fora. Para isto as principais bibliografias utilizadas são: COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*, 2016. COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento*, 2019. FRANCISCO, Raquel Pereira. *Os Deserdados da República: a infância pobre em Juiz de Fora no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX*, 2012. FRANCISCO, Raquel Pereira. *Pequenos desvalidos: a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930)*, 2015.

### 1. IMAGENS DE CONTROLE DESDE BRASIL

Desafiar as imagens construídas sobre si, seria para mulheres negras, um processo individual e também coletivo de enfrentamento e instabilização das estruturas de poder – calcadas nas opressões de raça, gênero e classe – na medida em que a autodefinição revela “a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si” (COLLINS

2016, p. 103). Neste sentido, as definições externas resultariam da estrutura de poder e são designadas por Collins (2019) por imagens de controle.

As imagens de controle tornam-se essenciais para que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis, justificando ideologicamente a interseccionalidade destas opressões e sobretudo a exploração econômica e a subordinação de mulheres negras (COLLINS, 2019).

Embora raça, classe e gênero também estejam presentes quando se analisa a constituição de estereótipos, o conceito de imagens de controle traz para o debate sobre epistemologias feministas negras uma construção que abarca, o que Collins (2019) chama de matriz de dominação, cujo significado está em uma organização geral das relações hierárquicas de poder em uma certa sociedade que impacta em toda trajetória de mulheres negras.

Collins (2019) estabelece para mulheres negras estadunidenses 04 imagens de controle recorrentes na produção cultural: a *mammy*, a matriarca, a mãe dependente do Estado e a gostosa. No Brasil, percebe-se uma semelhança entre estas imagens de controle e as instituídas aqui, contudo o contexto histórico e geográfico faz com que as dinâmicas nas quais mulheres negras estejam inseridas seja distinta e faça emergir novas complexidades e paradigmas capazes de propor reflexões sobre as experiências daquelas mulheridades.

No Brasil, a Abolição da escravidão inaugurou novas formas de racialização que tinham por finalidade manter as hierarquias presentes no período escravista. Raça e gênero constituíram-se em categorias primordiais para a construção do status de cidadã e cidadão pelas elites econômicas e políticas a partir das desigualdades, e por outro lado transformou a cidadania em projeto de luta coletiva e individual de pessoas pobres e/ou negras originárias e descendentes de libertos/as/es e livres/es da escravização brasileira. Para Cowling (2018), as novas e específicas formas de racialização, após o fim da escravidão, envolveram a renegociação dos significados de masculinidades e feminilidades. De outro modo, Albuquerque (2009) salienta que o início do período republicano no Brasil assinalou a construção da cor como um elemento de desigualdade, como um projeto para manter as hierarquias do período escravista.

A escravidão seria a causa da degeneração da família de pessoas escravizadas, bem, como desvirtuaria os papéis naturais de gênero entre proprietárias/es/os e escravizadas/os/es. A causa e o sintoma da escravidão como doença eram representados

pela imoralidade sexual. Mulheres escravizadas representavam o papel de reprodutoras dos males da escravidão e a institucionalização do estupro compunha a um só tempo uma forma de controle e de violência do sistema escravista em sua configuração de poder a partir de gênero (COWLING, 2018).

Logo, entre a escravização e o precário status legal como livre (COWLING, 2018) emergem imagens que ressaltam as formas de controle de mulheres negras nos anos finais do século XIX e início do XX ligadas principalmente a sexualidade e a degeneração social.

A ociosidade e a vadiagem eram condições que preocupavam a classe senhorial no decorrer do século XIX e estavam presentes ao se pensar sobre as mulheres livres e libertas no Brasil. Para mulheres negras, ser vadia ou ociosa carregava um significado moral, pois já que que degeneradas pela escravidão, sem o disciplinamento pelo trabalho poderiam tornar-se ainda mais descontroladas e pervertidas. Ociosidade, vadiagem e sexualidade convergem para a patologização de mulheres negras pobres, sua criminalização e justificam o racismo sobre estas e suas famílias, na medida em que “reproduzem” sujeitos semelhantes e formas de sociabilidades distintas do que é normalizado pelas elites brancas brasileiras. Logo, o trabalho obrigatório foi um dos elementos no século XX a ser entendido como um fator primordial para moralizar a conduta de mulheres pobres e negras.

De outro modo, a mulata como detentora de uma sensualidade e sexualidade que ameaça a racionalidade masculina branca e a paz das cândidas senhoras brancas, emerge como símbolo capaz de despertar o desejo primitivo, sendo a um só tempo o fruto da institucionalização do estupro de mulheres negras e a possibilidade do branqueamento brasileiro, ao passo que o homem branco é aquele que detém o posto de agente branqueador da nação (RESTIER, 2019). Longe da imagem de pobreza, mas próxima do exotismo construído sobre a vida sexual de mulheres negras, a mulata é a que teria a capacidade de desmoralizar a família branca.

Já a figura da Mãe Preta, aparece no início do século XIX na sociedade paulista e carioca como uma forma de rememorar um passado de linhas hierárquicas definidas, relações de poder intransponíveis e construção da imagem subserviente de mulheres negras. Alberto (2017) salienta que as discussões na década de 1920 sobre a construção de uma imagem em homenagem a Mãe Preta no Rio de Janeiro, originária de homens brancos da então capital e que teve diversas organizações negras e pessoas negras

envolvidas, tentava promover as ideias de fraternidade racial como “*na vanguarda de novas definições da identidade brasileira*” (ALBERTO 2017, p. 105). A imagem da Mãe Preta era escolhida como símbolo de uma maneira peculiar, na qual as relações raciais brasileiras diferenciavam-se do restante das Américas, principalmente dos Estados Unidos, no entanto a utilização dessa figura representava objetivos políticos diferentes. Se para alguns dos apoiadores brancos a imagem erguida tornava-se uma forma de demonstrar uma integração racial sustentada pela condescendência branca em relação à contribuição africana no Brasil e o elogio à subserviência dos descendentes de africanos e africanas; por outro, para intelectuais negros e negras, uma estátua da Mãe Preta era a afirmação do lugar de pessoas negras na construção econômica (pois a Mãe Preta foi uma trabalhadora que subsidiou a sustentação das famílias senhoriais), cultural (ao transmitir a cultura africana e afro-brasileira e uma parte do ethos africano e afro-brasileiro) e principalmente a materialização da presença negra e africana como primordial para o país.

Logo, a imagem de Mãe Preta nasce de negociações complexas sobre a identidade racial de negros e negras e a identidade nacional. A escolha de uma mulher negra, mais velha e pertencente ao espaço doméstico das casas de abastados homens brancos dos grandes centros urbanos brasileiros na década de 1920, não pode ser compreendida como uma escolha aleatória, como salienta Alberto (2017), mas também resultado de uma estratégia para representar as hierarquias sociais e de gênero necessárias para a manutenção da ordem hierárquica e do controle sobre uma numerosa população pobre e negra.

Quando Lélia Gonzalez em 1983 no ensaio “Racismo e sexismo na sociedade brasileira”, propõe uma nova interpretação da imagem da Mãe Preta, afastada da imagem servil e imbuída de agência mesmo sob a escravização, a intelectual lança uma nova interpretação do feminino negro contrária ao desejo de circunscrever a população negra ao ambiente doméstico, aos lugares sociais e de trabalho da subalternização e a construção do corpo feminino negro como à disposição de uma classe e grupo histórico-social de homens brancos.

### **1.1. Pretas desafortadas, mulheres perigosas e meninas fugidas: registros nos jornais juizforanos**

Juiz de Fora abrigou a maior população escravizada de Minas Gerais na segunda metade do século XIX, apesar de no século XX sua elite nomear a cidade de Atenas

Mineira ou Manchester Mineira ou alguns de seus membros como Yankees de Minas (GOODWIN JÚNIOR, 2007 e ABREU, 2009). A cidade que se quer ser um modelo europeu contrasta com uma população negra e pobre que circulava pela cidade (ABREU, 2009).

As pesquisas nos jornais das décadas de 1950 e 1960 como a Folha Mineira<sup>1</sup> e o O Diário da Tarde<sup>2</sup> retratam as percepções sobre como mulheres negras eram representadas e vistas na sociedade juizforana.

Em relação a cor, a pesquisa em jornais da cidade das décadas de 1950 e 1960 requer, como salientam Popinis e Terra (2019), o cruzamento de fontes para acompanhar trajetórias, tendo em vista que nos jornais há um silêncio em relação a cor. Ocorrências relacionadas à criminalidade como furtos, prostituição e vadiagem identificam na maioria dos casos a cor das mulheres envolvidas, que em muitos casos aparece como preta. A cor inexistente ou sua utilização pode demonstrar como afirma Mattos (2013), que

a noção de cor, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, no quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas (MATTOS 2013, p. 106).

Embora, os jogos estabelecidos entre identificar ou não a cor de mulheres, possa estar atrelada a imposição de lugares sociais a estas mulheres, a cor inexistente (MATTOS, 2013) em reportagens que relacionam padrões e trabalhadoras domésticas, por exemplo, pode ser um sinal de uma distinção entre aquelas cuja índole, moralidade, raça e classe social podem levá-las a criminalidade e por isso estão fora da ordem disciplinadora das casas-trabalho e as que alcançaram a benfeitoria de homens e mulheres que tomaram para si a “responsabilidade” sobre a criação destas, dando um peso diferenciado a distinção moral destas trabalhadoras. Em Juiz de Fora, salienta Francisco

---

<sup>1</sup>O jornal *Folha Mineira* foi fundado em 1934 por José Alves Júnior e encerrou suas atividades em 1977. Teve como proprietários e dirigentes, políticos ligados aos partidos MDB, PSD e UND, entre outros. A tiragem era diária com reportagens sobre a cidade de Juiz de Fora e assuntos de outros estados do Brasil e do exterior. O jornal trazia páginas dedicadas à cultura, política (inclusive com informes das sessões da Câmara Municipal de Juiz de Fora), economia, esportes e notícias policiais que estavam mescladas a notas sobre a cidade. A pesquisa do acervo ocorreu pela análise de jornais que compõem o arquivo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>2</sup>Pertencente ao empreendimento Diários Associados criado por Assis Chateaubriand o primeiro número foi publicado em 1942. Com conteúdo voltado para as classes trabalhadoras e populares da cidade, o jornal mesclava notícias do Brasil, do exterior e da cidade, dando especial destaque para estas. Suas atividades são encerradas no ano de 1983. O acervo pesquisado para esta pesquisa encontra-se no Arquivo Histórico da cidade de Juiz de Fora.

(2015), muitas meninas eram empregadas nas casas das famílias abastadas da cidade, o que pode ser percebido nos textos memorialísticos de Pedro Nava e Cosette de Alencar<sup>3</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX, o tema de algumas matérias jornalísticas sobre o espaço urbano de Juiz de Fora centravam-se na quantidade significativa de “menores” que circulavam pelo centro da cidade (FRANCISCO, 2015). Francisco (2012), examina como o jornal *O Pharol* mostrava em suas páginas como a população, a polícia, políticos e a prefeitura de Juiz de Fora lidavam com as crianças pobres da cidade. Os textos jornalísticos apresentavam como solução, a inserção em postos de trabalho destas crianças e jovens ou a criação de estabelecimentos de assistência para “menores” abandonados, desvalidos e classificados como delinquentes (FRANCISCO, 2012). Estas crianças eram adequadas aos discursos de controle e disciplina como forma de correção comportamental e moral para adequarem-se a sociedade juizforana.

Para Geremias (2015), os processos de tutela e soldada de crianças livres pobres no Brasil pode ser um passo para entender como se construiu o entendimento sobre o trabalho doméstico infantil no país, tendo em vista que ao serem tuteladas muitas crianças eram empregadas em trabalhos domésticos ou atividades fora das residências nas quais moravam. Será uma ação decorrente das tutelas e soldadas, as expressões “criar” ou “estar sob a responsabilidade” presentes em narrativas sobre crianças que são abrigadas em casas de famílias, nas quais trabalham desde pequenas?

Maria Aparecida fugiu da casa de Carlos Alberto no dia 25 de junho de 1957. Ela, como revela o senhor Carlos Alberto da Cunha, estava abrigada na casa de uma senhora Maria de Tal. Maria Aparecida não foge sem destino, mas para a casa de alguém que é conhecida por Carlos. Este, como relata o jornal, é responsável pela “menor” e, por isso, chamou a polícia para tentar solucionar o caso.

O anúncio da matéria jornalística encontrado na seção policial do jornal *Folha Mineira* é: “Doméstica foge de casa”. Mesmo sendo menor e estando sob os cuidados de Carlos, Maria Aparecida não é vista como uma criança e sim como empregada doméstica

---

<sup>3</sup> Pedro da Silva Nava foi médico e escritor. Nascido no ano de 1903 em Juiz de Fora, possui uma série de livros autobiográficos, dos quais “Baú de Ossos” (1972) narra a trajetória de sua família e sua vida na cidade de Juiz de Fora na primeira metade do século XX. A tese (Universidade Federal Fluminense, 2013) “General das letras: a literata Cosette de Alencar e a “sua” cidade - Juiz de Fora (MG) 1918 a 1973” de Rita de Cássia Vianna Rosa sobre a vida e obra de Cosette de Alencar, mostra sua relação com a cidade e as memórias da escritora. Os dois autores em suas obras narram as dinâmicas entre família, trabalho e as trabalhadoras domésticas menores de idade.

de alguém. O tipo de relação estabelecida entre Carlos e Maria Aparecida também não está definida: não se pode identificar se esta responsabilidade é legal ou fruto de acordos entre o empregador e os pais da menina, por exemplo.

No entanto, é possível refletir que Maria Aparecida possuía relações fora da casa-trabalho de Carlos que a possibilitaram encontrar um abrigo para a fuga. Inclusive, é Carlos que informa aos patrulheiros, o local no qual Maria Aparecida estaria refugiada: na várzea da Central do Brasil.

Por que a fuga aconteceu? Por que Maria de Tal ajudou-a? Será que as condições pelas quais Maria Aparecida vivia a fizeram fugir e encontrar quem analisasse com ela suas condições de vida e a incentivasse a fugir?

Os patrulheiros aconselharam Carlos a procurar o Juizado de Menores da Comarca de Juiz de Fora, já que o caso não era da alçada da polícia.

Num domingo (10 de agosto de 1957), M. A. (seria outra Maria Aparecida?) fugiu com sua amiga Irene da casa de Expedito Fernandes na Rua João Pinheiro, bairro Bom Pastor. De acordo com Expedito, o responsável, em depoimento à Seção de Costumes da Delegacia local, M.A com 17 anos, sua empregada doméstica, saiu de manhã com sua amiga e não retornou. Este com medo que algo acontecesse a jovem solicitou uma investigação para encontrá-la.

Como no primeiro caso, a fuga tem a participação de uma mulher conhecida da menina fugida. M. A. teria aproveitado seu dia de “folga” como uma estratégia para sua fuga com a amiga. O fato de ter uma amiga, revela as redes afetivas vivenciadas por essas jovens trabalhadoras, o que, nos casos apresentados, mostra que havia a construção de uma sociabilidade externa às casas-trabalho. Irene poderia também ser uma trabalhadora doméstica em fuga, outra jovem aproveitando de um domingo de folga e do fato de ter uma amiga conhecida pelos patrões e sob nenhuma suspeita como um álibi.

Outro ponto, é a violência física imprimida às crianças pobres como um dos elementos que a distinguem enquanto menores, e por isso fora do estatuto da infância. Lucilia foi presa e permaneceu ao relento sem comida na Delegacia de Polícia em 23 de abril de 1952. Sua detenção ocorreu porque a rádio patrulha a viu “perambulando” pelas ruas do bairro Bonfim sem agasalho à noite. A apreensão de Lucilia não era do conhecimento do Delegado de Plantão, que ao ser interpelado pelo repórter da *Folha Mineira*, mandou chamar os pais da menina e a soltou.



Nesse sentido, algumas reportagens do jornal *Folha Mineira* revelam as violências sofridas por meninas em diversos espaços e numa cidade que definia sua população pobre e negra como vadia, promíscua e cujo controle tornava-se necessário. Assim, a violência sofrida por meninas e jovens poderia carregar uma considerável carga moral que diferenciava-se de acordo com a raça e a classe. Imagens de violências que se sustentam nas imagens de controle sobre mulheres negras e suas famílias. O que faria crer ao policiais que Lucilia poderia ficar dias detida, sem ao menos seus familiares saberem? Quais são as imagens sobre crianças negras pobres capazes de considerar a prisão de uma criança em uma Delegacia para adultos durante dias e sem nenhum protesto contrário?

Para Collins (2016), assim como para inúmeros pesquisadores negros as trabalhadoras domésticas são sujeitos relevantes e até centrais para se pensar sociologicamente e historicamente. A circulação por entre classes sociais e grupos sócio-raciais diferentes daria a essas mulheres formas diferenciadas de perceber e pensar a realidade, atuar sobre ela e criar novos olhares sobre os Outros devolvendo a si mesmas a agência como sujeitas.

Em 20 de abril de 1950, o jornal *Diário da Tarde* trouxe em suas páginas o incidente entre a Esposa do Oficial e Maria Aparecida.



Reportagem do jornal Diário da Tarde, de 20/04/1950.

A notícia intitulada "Ladra perigosa e além de tudo, mal educada" relata o encontro entre a ladra respondona e a Esposa do Oficial. Na cena, coexistem 04 personagens: Maria Aparecida e sua Acompanhante, a Esposa do Oficial e o Oficial. O título em grandes letras, anuncia a periculosidade daquela que será a única a ser identificada nominalmente pelo jornal: Maria Aparecida. A história acontece na rua, ao que parece ser o centro da cidade.

Maria Aparecida é vista pela Esposa do Oficial com sua atual empregadora, conhecida desta. Interpelada pela Esposa do Oficial, a Acompanhante é avisada sobre o “tipo de gente” que é Maria Aparecida.

O autor da reportagem, já deixa explícito na primeira linha da reportagem de quem se trata: uma *colored* realmente perigosa. A característica racial torna-se um marcador importante da descrição da reportagem e principalmente desta personagem central do fato. A racialização de Maria Aparecida parece ser o elemento central para entender seu comportamento e as relações que serão configuradas. A designação de *colored*, possivelmente mostra a aderência em alguns grupos da cidade a discursos raciais externos que mesclam-se às narrativas sobre a harmonia racial brasileira – cuja consolidação como um distintivo nacional era estabelecida no período – criando pontos de tensões, contradições e fluxos em torno da formação racial e social da cidade. Por outro lado, assumir uma linguagem ligada a países vistos como “nações civilizadas” é um movimento em direção à adoção de discursos que visam suprimir, ao menos simbolicamente, a real imagem da cidade, produzindo ausências mesmo com a existência expressiva de cidadãs negras e cidadãos negros.

Nomear, racializar e criminalizar pela linguagem mostram a forma como a alteridade de uma cidadã negra é observada e porque não, manipulada publicamente. O insulto constrói ou destrói a reputação da insultada, na medida em que a as redes comunitárias e sociais dependiam da conduta de uma mulher. Os códigos de deferência e subordinação, ao serem quebrados por Maria Aparecida, tensionam os instrumentos de controle social que estabelecem quais lugares devem ser ocupados material e simbolicamente pelos indivíduos e quais as relações estabelecidas a partir daí.

A designação dada pelo jornal *Diário da Tarde* de Esposa do Oficial é um marcador, o qual possibilita enxergar o lugar de alguns grupos de mulheres brancas nas dinâmicas entre patriarcado e feminilidade. A Esposa do Oficial detém não apenas o capital simbólico em ter como marido o Oficial. Este torna-se o ponto de distinção desta mulher, de acordo com o jornal, imbuindo à Esposa do Oficial o atributo de mulher honesta e virtuosa que não poderia ter sido ofendida por Maria Aparecida (ROSA, 2009).

Maria Aparecida corrompe a deferência, se há imagens de controle que a cercam ela rompe o lugar de silêncio das hierarquias e publicamente defende-se. É neste instante que a dinâmica entre imagens de controle e agência ou autodefinição é gerada e tensiona as hierarquias raciais, sociais e de gênero. Maria Aparecida não interfere na estrutura,

mas sua ação desestabiliza o lugar de silenciamento e apagamento cotidiano de mulheres negras.

A tentativa do jornal em insultá-la e criminaliza-la decorre da posição ativa de Maria Aparecida e do que representa a reação de classes pobres sobre aqueles e aquelas que detêm poder e prestígio social na cidade.

Imagens de controle justificam a exploração e a permanência de relações de poder desiguais, transpô-las ou utilizá-las estrategicamente quando se é mulher negra é fonte de medo para os e os e as que veem-se ameaçados e ameaçadas em sua posição confortável nas estruturas de poder.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as Marias Aparecidas que vi nos jornais *Diário da Tarde* e *Folha Mineira* nas páginas policiais, ora fugindo, ora sendo denunciadas por furtos e roubos, ora com homens e mulheres sendo acusadas de perturbação ou vadiagem. Essas mulheres estavam sob um contexto no qual sua vida ainda era permeada pela História e memórias de uma sociedade hierarquizada, a partir do modelo escravista brasileiro. As histórias aqui coletadas nos jornais são de violências e tentativas de supressão de cidadania, mas também de enfrentamento, fuga e autodefinição diante do racismo, da desigualdade de classe e do patriarcalismo.

As Maria Aparecidas dentro de suas, muitas vezes, precárias condições construíram maneiras de instabilizar sistemas: fugindo, xingando e denunciando. O mundo apresentado por instrumentos culturais e de comunicação tornou-se a representação do imaginário social sobre raça, gênero e classe, logo os jornais foram meios nos quais as experiências negras são relatadas e avaliadas. Se nos jornais as imagens de controle são utilizadas como mecanismo de classificação racista da população, ler as fontes sob a perspectiva de sujeitas que utilizam mecanismos de autodefinição e enfrentamentos contra as opressões e desigualdades, reafirma as infinitas possibilidades de resistência de mulheres negras no século XX.

## 3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Christiane Silva de. **Favela e remoção em Juiz de Fora: um estudo sobre a Vila da Prata.** 2009. 112 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4544>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2017.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** *Revista Sociedade e Estado*, Brasília. v. 31. n. 01. jan/abr, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão**

FRANCISCO, RAQUEL PEREIRA. **Os Deserdados da República: a infância pobre em Juiz de Fora no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.** XV Encontro Regional de História da Anpuh. Rio de Janeiro: Anpuh, 2012. p. 01-09. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1046](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1046). Acesso em: 10 out. 2021.

FRANCISCO, Raquel Pereira. **Pequenos desvalidos: a infância pobre, abandonada e operária de Juiz de Fora (1888-1930).** 2015. 323 p. Tese (Doutorado em História Social e Econômica). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2015. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1756.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

GEREMIAS, Patrícia R. **Processos de tutela e contratos de soldada: fontes para uma história social do trabalho doméstico infantil.** 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba: UFPR, 2015. p. 01-12. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afrolatinoamericano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

GOODWIN JÚNIOR, James Willian. **Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição – Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914).** 2007. 352 p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04122007-105559/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX).** Campinas: Editora Unicamp, 2013.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos**, v. 32, n. 66, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/GPRJtpnRkDNbngvywDJ4k6R/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: RESTIER, Henrique. SOUZA, Rolf Malungo. **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 21-52.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. **As mulheres de “Paraiburgo”**: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975). 2009. 247 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009\\_Rita\\_de\\_Cassia\\_Vianna\\_Rosa-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Rita_de_Cassia_Vianna_Rosa-S.pdf). Acesso em: 09 dez. 2021.

<https://memoriasdaimpressajf.wordpress.com/impressos-de-juiz-de-fora-9>